

ATA NÚMERO QUATRO
ANO 2016
09-09-2016
PÁGINA 1 DE 35



MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CABECEIRAS DE BASTO – ANO DE DOIS MIL E DEZASSEIS

Aos nove dias do mês de setembro de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Cabeceiras de Basto, no Edifício dos Paços do Concelho (Sala de Sessões), reuniu a Assembleia Municipal de Cabeceiras de Basto, sob a presidência do seu Presidente, Joaquim Barroso de Almeida Barreto, tendo como Primeiro Secretário Mário Machado Pinto de Oliveira e Segunda Secretária Augusta Cristina Gomes da Costa Dias.

Efetuada a chamada verificou-se que dos elementos efetivos deste órgão autárquico faltaram os eleitos: Vera Patrícia Magalhães Carvalho, do Grupo Municipal Independentes por Cabeceiras – IPC; Duarte Nuno de Castro Queirós Bastos, do Grupo Municipal do PPD/PSD-CDS/PP; Rui Manuel Rovira de Castro Ferreira e Nuno Miguel Jorge Barroso de Almeida Barreto, do Grupo Municipal do PS, que tendo comunicado que não podiam estar presentes na sessão da Assembleia Municipal, solicitaram a sua substituição. Assim, dado que estavam presentes na sala de sessões os membros da Assembleia Municipal que se seguiam na ordem das respetivas listas, José Alexandre Leite Campos (IPC), Hugo André Furtado Martins Pacheco (PPD/PSD-CDS/PP), João Pedro Magalhães Pacheco (PS), operaram-se de imediato as substituições. A Presidente da União de Freguesias de Arco de Baúlhe e Vila Nune, fez-se substituir por Carlos Teixeira, o Presidente da Junta de Freguesia da Faia, fez substituir-se por Alfredo Magalhães e o Presidente da Junta de Freguesia da Riodouro faltou. O Plenário ficou constituído por trinta e um membros.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes: o Senhor Presidente da Câmara, Francisco Luís Teixeira Alves e os Senhores Vereadores: Alfredo Magalhães da Silva, Jorge Agostinho Borges Machado, Hélder Emanuel Teixeira Vaz, Ana Paula Magalhães Carvalho e Mário António Jesus Leite. --- Face ao número legal de presenças para a Assembleia Municipal poder funcionar, pelo seu Presidente foi declarada aberta a sessão quando eram decorridas vinte e uma horas e trinta e nove minutos.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Assembleia Municipal de Cabeceiras de Basto perguntou se alguém pretendia usar da palavra. Inscreveu-se para falar:

O membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras" – IPC, Vítor Manuel Pereira Carvalho, para questionar porque razão o parecer remetido pela CCDR- N sobre o IMI, que a Câmara

ATA NÚMERO QUATRO
ANO 2016
09-09-2016
PÁGINA 2 DE 35



MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

aprovou remeter à Assembleia Municipal para conhecimento, não está incluído na ordem de trabalhos desta reunião da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Cavez, António Paulo Pereira Carvalho Guerra, para questionar o Presidente da Câmara relativamente às avançadas obras em curso da Barragem de Daivões, nomeadamente se já foi recebida alguma verba e qual o ponto da situação das mesmas, já que não estão a ser cumpridas as contrapartidas acordadas, nomeadamente no que se refere à contratação de pessoas da terra para trabalhar nas obras e à transferência de verbas. -----

O membro do Grupo Municipal do PPD/PSD-CDS/PP, Laura Patrícia de Sousa Monteiro Magalhães para questionar o Presidente da Câmara sobre as obras previstas para a Praia Fluvial da Ranha e para quando a sua realização, partilhando com o plenário o descontentamento de alguns cabeceirenses relativamente à qualidade das águas e à poluição desta zona de banhos onde aparecem resíduos sólidos a flutuar. Para questionar também qual o ponto de situação relativamente ao início do ano escolar, quais as dificuldades previstas e se tal implica o encerramento de alguma escola, nomeadamente do ensino pré-escolar e, em caso afirmativo, que tipo de apoios a autarquia vai prestar a estas famílias. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, para responder à questão formulada pelo membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras" – IPC, Vitor Manuel Pereira Carvalho, passou a palavra à segunda secretária da Mesa que disse que o parecer da CCDR-N remetido pela Câmara Municipal, consta da correspondência recebida nesta Assembleia Municipal, que por norma é posteriormente enviado por e-mail para conhecimento dos membros desta Assembleia, mas se esse não for o entendimento do plenário, o assunto pode aqui ser discutido. -----

O membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras" – IPC, Vitor Manuel Pereira Carvalho, para reiterar a questão sobre o envio do parecer da CCDR-N para conhecimento e a não inclusão na ordem de trabalhos desta Assembleia Municipal para conhecimento. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, para responder à questão de novo colocada pelo membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras" – IPC, Vitor Manuel Pereira Carvalho, disse que, se assim o pretender, não está impedido de discutir este assunto aqui na Assembleia no período de antes da ordem do dia, passando-lhe de imediato a palavra. -----

ATA NÚMERO QUATRO
ANO 2016
09-09-2016
PÁGINA 3 DE 35



MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

O membro do Grupo Municipal “Independentes por Cabeceiras” – IPC, Vítor Manuel Pereira Carvalho, para dizer que relativamente a este parecer o IPC tinha razão, já que a CCDR-N considera não estar no elenco das competências das Autarquias locais a aplicação da sugestão apresentada à Câmara Municipal relativamente à isenção ou redução de taxa de IML para Edificações destinadas a Agricultura. -----

O Presidente da Câmara Municipal para responder ao Presidente da Junta de Freguesia de Cavez disse que no âmbito da construção da Barragem de Daivões ainda não foram recebidas quaisquer verbas, que ainda estão a decorrer alguns projetos e como tal só transferem os montantes quando houver obra feita. -----

Para responder ao membro do Grupo Municipal do PPD/PSD-CDS/PP, Laura Patrícia de Sousa Monteiro Magalhães, disse que as obras na Praia Fluvial da Ranha não começaram em Agosto como havia sido avançado, em parte, também, por sugestão dos próprios utilizadores, garantindo no entanto que a obra está agora entregue e que o início dos trabalhos está previsto para o dia vinte de setembro, já que todos os procedimentos legais estão cumpridos. No que se reporta ao início do ano escolar, segundo a informação que tem está tudo a decorrer com normalidade, não se prevendo o encerramento de qualquer escola. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Cavez, António Paulo Pereira Carvalho Guerra, para reafirmar que as obras na Barragem de Daivões já começaram, que estão com alguma dimensão, mas que não estão a ser cumpridas as contrapartidas acordadas, nomeadamente no que se refere à absorção de mão de obra local como foi acordado com a Junta de Freguesia de Cavez. Contrapartidas, estas, que se prendem também com trinta pesqueiros a construir a jusante da Pista de Pesca e que a Junta de Freguesia, o Cavez Clube de Caça e Pesca e a ARPDN abdicaram em troca da quantia de dois milhões e seiscentos mil euros destinados ao desenvolvimento de projetos para a freguesia de Cavez. --
O Presidente da Junta de Cavez informou ainda a Assembleia Municipal, que há quatro meses que vêm sendo cometidas algumas injustiças para com o Presidente da Junta de Cavez, situação que se agravou com a decisão da Câmara Municipal em levar a Junta que representa a Tribunal tendo em vista a resolução de uma contenda que se prende com a construção de um nicho no centro daquela vila de Cavez. O Presidente da Junta disponibilizou-se a colaborar na resolução deste assunto, no sentido de que não sejam criados problemas, apelando à Câmara para ponderar esta decisão, ainda que considere

ATA NÚMERO QUATRO
ANO 2016
09-09-2016
PÁGINA 4 DE 35



MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

que a Câmara não podia intervir. -----

O Presidente da Câmara Municipal para responder ao Presidente da Junta de Cavez disse que quanto às contrapartidas no âmbito da construção da Barragem de Daivões, nomeadamente no que à criação de postos de trabalho diz respeito, têm sido feitas várias diligências manifestando a preocupação da Câmara, garantindo que estão atentos quanto ao cumprimento das mesmas e comprometendo-se a informar a Junta caso tenha mais informação sobre o assunto. Quanto às injustiças referidas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Cavez, disse não ter percebido a que se refere, mas quanto ao bom senso a que o Presidente da Junta de Freguesia apelou relativamente ao processo movido pela Câmara no âmbito da construção do nicho naquela vila, disse ter sido construído à revelia da Câmara Municipal e dos pareceres técnicos subjacentes, ainda que tivesse sido alertado para as consequências deste ato. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Cavez fez o histórico dos passos dados para a construção do nicho no centro da vila, intenção que comunicou à Câmara Municipal no dia 25 de julho. No dia 10 de agosto, a Junta deu início à construção da obra, a mesma data em que foi embargada. Disse conhecer várias situações em vários locais do concelho levadas a cabo sem que a Câmara tivesse conhecimento. Informou no entanto que, de acordo com pareceres jurídicos de que dispunha, não tinha obrigatoriedade em pedir autorização e licença por se tratar de um logradouro público da freguesia de Cavez. Falou ainda de outros antecedentes registados na freguesia nomeadamente no que se prende com o alargamento de uma curva numa via, trabalho cuja execução a Câmara Municipal entendeu ser necessário os serviços do topógrafo, situação que afirmou não ter sido necessária em outras freguesias. Reafirmou a propriedade da Junta sobre aquele logradouro da freguesia no qual garantiu que a Câmara não podia intervir. Apresentou ainda outras situações que considerou anómalas. -----

O Presidente da Câmara para melhor esclarecer a situação disse que a Junta de Freguesia de Cavez não respeitou os trâmites necessários, nem os pareceres técnicos, acrescentando que o mesmo se tem passado em outras obras que aquela autarquia vem executando. Disse ainda que as outras Juntas fazem obras mas que as mesmas têm o aval municipal. Relativamente à construção do nicho, a Junta não aguardou a autorização da Câmara. Informou que o local previsto é uma área que está em estudo para reabilitação urbana, que foi definida e aprovada na Câmara e na Assembleia Municipal por unanimidade. Esclareceu também que o Presidente da Câmara baseia sempre as suas decisões em

ATA NÚMERO QUATRO
ANO 2016
09-09-2016
PÁGINA 5 DE 35



MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

pareceres técnicos. Ainda que tivessem sido sugeridos outros locais, a Junta manteve a sua decisão para aquele local específico, não ouvindo, nem articulando com a Câmara Municipal. -----

Garantiu que houve sempre disponibilidade para o diálogo, mas que estes assuntos têm que ser tratados dentro de um quadro de legalidade. Quanto às obras que o autarca de Cavez disse terem sido feitas à revelia noutras freguesias, esclareceu que todas tiveram a anuência da Câmara Municipal. -----

O Presidente da Câmara solicitou autorização para o vereador Alfredo Magalhães poder usar da palavra sobre este assunto para um melhor esclarecimento do sucedido. -----

O Vereador Alfredo Magalhães explicou a situação e os acontecimentos registados no decurso da construção do nicho no centro da vila de Cavez. Começou por agradecer a confiança do Presidente da Câmara e de todos os autarcas que com ele se têm cruzado no exercício das funções que vem desempenhando. O mesmo agradecimento foi extensivo aos vereadores pela forma democrática, cívica e respeitadora como se têm relacionado no cumprimento das suas funções, destacando o Vereador Mário Leite que muito tem colaborado no sentido de melhorar a sua ação em prol do bem estar dos cabeceirenses. Aos presidentes de Junta agradeceu a forma responsável com que têm trabalhado, manifestando com mágoa o seu desagrado pela conduta do Presidente da Junta de Freguesia de Cavez. Esclareceu que acima da eleição para qualquer que seja o cargo, está a lei. Por onde tem passado tem defendido sempre as bandeiras da sua terra, seja da freguesia, Cavez, seja do concelho, Cabeceiras de Basto. Considera que não tem inimigos e tem granjeado respeito ao longo da vida. No entanto, ultimamente tem sido insultado e considera que o povo de Cabeceiras que o elegeu e que representa merece respeito. Desde que iniciou funções procurou o diálogo no sentido de desenvolver e colmatar as necessidades das freguesias. Mas começou a aperceber-se de certas divergências que o autarca da freguesia protagonizava por não concordar com determinados projetos e/ou obras, querendo por vezes substituir-se aos técnicos. Entre outros assuntos, esclareceu que relativamente à construção do nicho, considerou que por o local escolhido ser histórico a pretensão deveria ser analisada. Disse ainda que o Presidente da Junta começou os trabalhos sem licença e que o pessoal que estava na obra o desrespeitou. -----

O Presidente da Junta de Cavez pediu a palavra para defender a sua honra por se sentir ofendido com as palavras proferidas pelo vereador Alfredo Magalhães. Reiterou que nunca quis o confronto, mas a Junta decidiu e avançou com a obra que deveria estar pronta no dia 20 de agosto. A obra foi

ATA NÚMERO QUATRO
ANO 2016
09-09-2016
PÁGINA 6 DE 35



A

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

embargada, mas o povo não gostou. Quanto às outras obras referidas, nem sempre teve conhecimento delas. Considerou-se humilhado e ofendido. Colocou somente questões práticas e de trabalho nesta assembleia e nunca quis pôr em causa as pessoas. Disse por fim, que estima o vereador, ainda que politicamente estejam em campos opostos. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Cabeceiras de Basto (S. Nicolau), José Carlos Ferreira Rebelo, para criticar a postura assumida pelo Presidente da Junta de Freguesia de Cavez e para se solidarizar com o vereador Alfredo Magalhães, com quem tem sido bom trabalhar, considerando ser de trato fácil e afável, acessível e dedicado, respondendo às solicitações e mostrando sempre abertura para se encontrarem as melhores soluções a contento das partes. -----

O membro do Grupo Municipal do Partido Socialista, Domingos Fernando de Araújo Machado Pereira, para dizer que perante o que aqui foi afirmado, o Grupo Municipal do PS manifestou a sua preocupação com a gravidade do que se terá passado envolvendo o vereador Alfredo Magalhães e classificando o sucedido de inadmissível. Hoje confunde-se o desejo com a realidade. Há certos populismos. Há falta de respeito democrático e por vezes pela própria lei. Disse que há direitos e deveres que devem ser observados. Quando há diferendos, cabe aos Tribunais resolver a situação, não sendo esta Assembleia lugar para acareações. Frisou o respeito pela lei, a defesa pelo espaço público e considerou inqualificáveis e de gente vil, as palavras proferidas ao vereador Alfredo Magalhães, que é merecedor da maior consideração e respeito. -----

O Presidente da Assembleia Municipal encerrou o assunto e antes de prosseguir com a ordem de trabalhos, esclareceu os tempos que cabem aos diferentes intervenientes neste plenário. -----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E EXPEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

O plenário tomou conhecimento de toda a correspondência recebida e expedida, desde a última sessão, a saber: -----

RECEBIDA -----

Ofício do membro da Assembleia Municipal, Vera Patrícia de Magalhães Cavalo a comunicar que não pode estar presente na reunião na 3.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cabeceiras de Basto de 24 de junho de 2016. -----

ATA NÚMERO QUATRO
ANO 2016
09-09-2016
PÁGINA 7 DE 35



MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

Ofício do membro da Assembleia Municipal, Sandra Cristina Vieira Mendes da Fonseca, a comunicar que não pode estar presente na reunião na 2.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cabeceiras de Basto de 29 de abril de 2016.-----

E-mail do membro da Assembleia Municipal, Sandra Manuela Teixeira Gonçalves, a comunicar que não pode estar presente na reunião na 2.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cabeceiras de Basto de 29 de abril de 2016. -----

Convite do Regimento de Cavalaria n.º 6, para as celebrações do 307.º Aniversário do Regimento de Cavalaria nº 6. -----

Ofício da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto a remeter a Consolidação de Contas do Município 2015 – Retificada. -----

Ofício do Eurodeputado José Manuel Fernandes, eleito pelo partido Pela Nossa Terra, a remeter a publicação "Pela nossa terra. Minho 2016". -----

Convite do Clube Desportivo de Cabeceiras de Basto para assistir ao Sarau de apresentação do Clube. -
Jornal – Ecos de Basto. -----

Jornal – Voz das Misericórdias. -----

Ofício da Câmara Municipal a remeter o processo do Centro de Arbitragem e Conflitos de Consumo do Vale Ave – Quota 2016. -----

Abaixo-assinado dos Pais e Encarregados de Educação "Pela manutenção do ensino secundário em Cabeceiras de Basto no Externato S. Miguel de Refojos". -----

Ofício da Câmara Municipal a remeter o Regulamento de Política de Incorporação do Museu das Terras de Basto. -----

Ofício da Junta de Freguesia de Cabeceiras de Basto a remeter convite para a XIV Festa das Coletividades / Feira dos Saberes e dos Afetos, bem como para a inauguração da Capela Mortuária. -----

E-mail da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, a remeter a Circular n.º 65/2016 – Seminário "Portugal 2020: os Fundos Comunitários e as Autarquias Locais". -----

Ofício da CSA Auditores – Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados, a remeter a Certificação Legal de Contas, o Relatório e Parecer do Auditor Externo e a Certificação das Contas Consolidadas, referente ao exercício de 2015. -----

Ofício da Junta de Freguesia de Cabeceiras de Basto a remeter convite para a inauguração da Capela Mortuária. -----

ATA NÚMERO QUATRO
ANO 2016
09-09-2016
PÁGINA 8 DE 35




MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

Ofício da Junta de Freguesia de Abadim a remeter convite para a "II Feira Tradicional de Abadim". -----

E-mail da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto a remeter convite para o 3.º Aniversário da Casa do Tempo. -----

Convite da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, para a sessão de apresentação da Revista Musical Portuguesa - DA CAPO. -----

Convite da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, para a Assinatura do Protocolo de Colaboração – Gabinete de Apoio ao Emigrante. -----

Ofício da Comissão de Festas de Nossa Senhora dos Remédios do Arco de Baúlhe a remeter convite para a procissão do triunfo em honra de Nossa Senhora dos Remédios. -----

Ofício da Câmara Municipal a remeter a Alteração ao Regulamento da Concessão de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Cabeceiras de Basto – Regulamento para Concessão de Bolsas de Estudo do Município de Cabeceiras de Basto. -----

Ofício da Câmara Municipal a remeter o Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico. -----

Ofício da Câmara Municipal – referente ao GOP 2017 – Dotação de rubricas da Assembleia Municipal.---

Jornal – Associação. -----

Jornal – Voz das Misericórdias. -----

Jornal – Ecos de Basto. -----

Convite da Junta da União de Freguesias de Arco de Baúlhe e Vila Nune e a Comissão de Festas de N. Sra. dos Remédios, para acompanhar a visita à nossa terra, do Ex.mo. Sr. Ministro do Trabalho e da Segurança Social – Dr. António Vieira da Silva. -----

Ofício da Câmara Municipal a remeter parecer da CCDR sobre a isenção ou redução de taxa de IMI para Edificações destinadas a Agricultura. -----

Ofício da Câmara Municipal a remeter o Regulamento Interno do Museu das Terras de Basto. -----

Ofício da Câmara Municipal a remeter a 1.ª Alteração do Mapa de Pessoal para 2016. -----

Ofício da Câmara Municipal a remeter a Fixação de Taxas – Estudo Financeiro – IMI, Derrama, IRS e TMDP. -----

Ofício da Câmara Municipal a remeter a Modificação Orçamental – Revisão n.º 2. -----

Ofício da Câmara Municipal a remeter a Informação Escrita para a 4.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 09-09-2016. -----

EXPEDIDA -----

ATA NÚMERO QUATRO
ANO 2016
09-09-2016
PÁGINA 9 DE 35



MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

O plenário ficou ciente da correspondência expedida. -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

PONTO NÚMERO UM - APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DA SESSÃO ANTERIOR -----

Neste ponto da ordem do dia, o **Presidente da Assembleia Municipal Joaquim Barroso de Almeida Barreto** perguntou se alguém do plenário tem alguma questão a levantar. Inscreveu-se para falar: -----

O **membro do Grupo Municipal do PPD/PSD-CDS/PP, Laura Patrícia de Sousa Monteiro Magalhães** para sugerir que, de futuro, sejam mencionados nas atas os nomes dos membros que votam contra e aqueles que se abstêm. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** para perguntar se alguém mais pretendia usar da palavra. Não havendo mais intervenções, o Presidente colocou à votação a **ata da terceira sessão ordinária** da Assembleia Municipal, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**. Não votou o membro desta Assembleia **Hugo André Furtado Martins Pacheco**, do Grupo Municipal do PPD/PSD – CDS/PP, por não ter estado presente na reunião a que a ata ora aprovada diz respeito. -----

PONTO NÚMERO DOIS – ABAIXO-ASSINADO 'PELA MANUTENÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO EM CABECEIRAS DE BASTO NO EXTERNATO S. MIGUEL DE REFOJOS. -----

Presente para conhecimento, apreciação e tomada de posição, o Abaixo-assinado "Pela manutenção do ensino secundário em Cabeceiras de Basto no Externato S. Miguel de Refojos", o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Presidente da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Formação, Domingos Fernando de Araújo Machado Pereira**, que de imediato fez o enquadramento deste assunto que despoletou com o envio à Mesa da Assembleia e posteriormente à Comissão a que preside, de um abaixo-assinado subscrito por mais de três mil assinaturas dos pais e encarregados de educação do concelho relativamente ao encerramento de três turmas do ensino secundário no Externato S. Miguel de Refojos. Os signatários solicitavam uma tomada de posição e o envio deste assunto à Comissão no sentido de obter intervenção rápida. Tal motivou uma reunião extraordinária desta Comissão Permanente tendo em vista a análise e recolha dos diferentes pontos de vista dos diferentes grupos municipais sobre a matéria em apreço, da qual resultou uma resolução consensual relativamente a este assunto. A posição tomada foi de preocupação por lhes parecer que este processo não foi participado, foi dirigido apenas por uma parte das pessoas envolvidas, considerando a Comissão que estes assuntos devem ser abordados numa perspetiva polivalente. -----

ATA NÚMERO QUATRO
ANO 2016
09-09-2016
PÁGINA 10 DE 35



MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

Domingos Fernando de Araújo Machado Pereira para dizer que o Ministério da Educação tem determinadas competências que deve ter em conta a oferta pública disponível e que os diferentes agentes de uma comunidade educativa devem ter um olhar multifacetado sobre a educação. Neste processo não foram ouvidas as partes e lembrou que foram feitas várias diligências, nomeadamente pelo PS e também pelos deputados da Assembleia da República, Joaquim Barreto e Laura Magalhães, mas que se revelaram infrutíferas uma vez que as decisões estavam tomadas, sendo irreversíveis. Lembrou no entanto que há neste processo elementos de ordem emocional e enalteceu o trabalho feito pelo Externato S. Miguel de Refojos ao longo dos tempos, nomeadamente nos últimos anos como oferta alternativa à escola pública. Agora é tempo de uma visão mais abrangente destas novas dinâmicas no sentido de aumentar a proximidade e a co-responsabilidade nestes processos educativos em prol dos mais novos. Solidarizou-se com a tomada de posição da Câmara Municipal, realçando aspetos de ordem social que devem ser tidos em conta. Enquanto membro do Grupo Municipal do PS, Domingos Fernando de Araújo Machado Pereira, apelou a todos os agentes educativos concelhios que iniciem este processo com base num diálogo aberto, reflexivo e sobretudo prospectivo no sentido de pensar a educação no Município de Cabeceiras de Basto. Não interessa criar clivagens, interessa sim, arranjar soluções para que no próximo ano letivo seja pensada uma forma estratégica para dar respostas à nossa comunidade. O que interessa é uma posição de consensualidade sobre o assunto, sem esquecer fatores de ordem educativa mas também sociais. A posição é, por isso, apelar a todos os agentes educativos que iniciem este processo para que o próximo ano letivo seja pensado de uma outra forma, com estratégia, enquanto resposta aos desafios que temos e o que somos enquanto comunidade educativa e escolar. -----

O membro do Grupo Municipal “Independentes por Cabeceiras” – IPC, Paulo Adriano dos Santos Nogueira Pinto, para dizer que esta medida deriva de opções políticas pensadas à luz do todo nacional e provavelmente pensadas mais na realidade dos centros mais urbanos do que propriamente dos mais periféricos como Cabeceiras de Basto. São opções políticas defensáveis da primazia do ensino público no que toca à boa gestão dos dinheiros públicos, mas também podem ser questionáveis. São questões grandemente ideológicas. Mas há uma questão que nos uniu a todos nesta matéria e que foi consensual entre todos os membros desta Comissão, que se prende com a forma abrupta como a decisão foi tomada e como o processo foi desencadeado, nomeadamente no caso de Cabeceiras de Basto, sem a participação, nem audição da Câmara e à revelia de documentos estruturantes de educação neste

ATA NÚMERO QUATRO
ANO 2016
09-09-2016
PÁGINA 11 DE 35



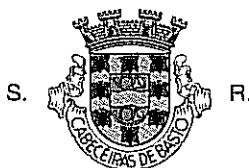
MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

concelho, ignorando a comunidade educativa e as forças vivas do concelho. É entendimento do IPC que o concelho não merecia isto e o Externato S. Miguel de Refojos também não. O Externato tem tido um papel essencial e meritório no ensino de gerações de cabeceirenses, ultimamente mais centrado no ensino secundário com resultados que registam uma melhoria nos seus indicadores. É uma instituição a que Cabeceiras de Basto deve muito. Foram aí realizadas obras ao longo dos anos que tornaram o Externato S. Miguel de Refojos num estabelecimento bem equipado para as suas funções, para além de ocupar um edifício de rara beleza no conjunto monumental do antigo Mosteiro de S. Miguel de Refojos. O abaixo-assinado a que foi feita referência mostra bem a surpresa e o descontentamento que a nossa sociedade civil sentiu com a decisão, que foi talvez secundado com uma forma algo tardia e frouxa de agir pelos seus representantes, uma contrição que pode também ser feita em relação à Assembleia Municipal não podendo o PS, nem as outras forças políticas eximir-se de tal situação. Mas a posição do IPC não é para dividir. É sim para se solidarizar com o teor do abaixo-assinado, com as posições já manifestadas. Nada do que diz implica qualquer tipo de desconfiança com o Agrupamento de Escolas de Cabeceiras de Basto que irá certamente manter os níveis de qualidade e assegurar de forma condigna o ensino secundário às turmas que agora vão acolher. Acrescentou que independentemente da decisão poder ou não ser reversível, há que a partir de agora sentar à mesma mesa e encetar um diálogo prospetivo, num esforço concertado que envolva as diversas entidades ligadas à educação em Cabeceiras juntamente com o Ministério da tutela e delinear de uma forma articulada o futuro da educação no concelho tendo em vista os interesses supremos de toda a comunidade educativa e desta terra também. Anseia pelo diálogo no sentido de que o futuro do Externato S. Miguel de Refojos, com estas ou outras valências, seja assegurado e que não se voltem a repetir decisões precipitadas, sem diálogo e abruptas. -----

O membro do Grupo Municipal do PPD/PSD-CDS/PP, **Laura Patrícia de Sousa Monteiro Magalhães** para dizer que tanto o PSD como a JSD no âmbito do roteiro de trabalho que desenvolvem reuniram com várias entidades, respetivamente com o Agrupamento de Escolas, com a Câmara Municipal – Presidente da Câmara e Vereadora – com o Externato S. Miguel de Refojos, com a Associação de Pais e Encarregados de Educação com o intuito de analisar a situação da educação em Cabeceiras. No entanto, após as reuniões, verificaram que havia uma preocupação comum que se prendia com o facto do ensino secundário passar a ser ministrado pelo Agrupamento de Escolas. Uma preocupação que advém pela forma como o processo foi conduzido e que também consideraram

ATA NÚMERO QUATRO
ANO 2016
09-09-2016
PÁGINA 12 DE 35



MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

precipitada. Era generalizada a ideia de que o ensino secundário estava confinado ao Externato S. Miguel de Refojos. No entanto, através deste Despacho Normativo do Ministério da Educação coloca-se em causa o princípio de confiança com o Estado, viola o contrato anteriormente assinado e os seus pressupostos e é revelador da falta de diálogo. Acrescentou não estar a defender o ensino público ou privado, mas sim a defender o Externato e o caso particular de Cabeceiras, cujas entidades envolvidas não foram ouvidas. Consideraram que o Primeiro Ministro decretou assim o princípio do fim do Externato S. Miguel de Refojos e instalou a instabilidade na comunidade cabeceirense. O PSD e a JSD estão preocupados com as consequências que daqui possam advir para Cabeceiras de Basto, tendo na devida altura se disponibilizado junto do executivo para colaborar neste processo. Na qualidade de deputada da Assembleia da República, além das reuniões referidas, reuniu também com a primeira subscritora do referido abaixo-assinado que teve mais de três mil assinaturas, o que considerou ser significativo e motivo pela qual o PSD está ao lado das pessoas e daquilo que consideram ser o melhor para a sua terra. Conhece o trabalho do Agrupamento de Cabeceiras de Basto, reconhece as suas potencialidades, mas não ignora o que o próprio Externato deu e pode continuar a dar para o desenvolvimento de Cabeceiras. Constata que não houve diálogo com os diferentes agentes, tendo sido este assunto tratado de forma precipitada, já que o Ministério desconhecia que não havia uma escola Secundária pública em Cabeceiras, tendo a própria tutela referido que os contratos de associação seriam para terminar nos locais onde já existe resposta pública. Em Cabeceiras de Basto isso não se verificou. -----

Posto isto, o membro do Grupo Municipal do PPD/PSD-CDS/PP Laura Patrícia de Sousa Monteiro Magalhães, questionou o Presidente da Câmara se tem conhecimento de como está a ser organizada esta passagem de turmas para o Agrupamento de Escolas, facto que também os preocupa, já que não foram acauteladas determinadas situações na transferência destas 'competências'. Manifestou a solidariedade do PSD e da JSD com os abaixo-assinado estando disponíveis para encontrar uma melhor solução para o Externato, para a educação, para os cabeceirenses e para Cabeceiras. -----

O membro do Grupo Municipal do PS, Augusta Cristina Gomes da Costa Dias, para sobre este assunto dizer que possui o maior respeito e consideração pelos profissionais do Externato S. Miguel de Refojos, a começar pelo seu Diretor, bem como pelo trabalho que nesse estabelecimento de ensino se realiza. Compreende as preocupações legítimas do Externato, contudo também conhece muito bem o trabalho que se realiza no Agrupamento de Escolas de Cabeceiras de Basto, que respondeu às

ATA NÚMERO QUATRO
ANO 2016
09-09-2016
PÁGINA 13 DE 35



MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

solicitações do Ministério da Educação por possuir recursos humanos, físicos e materiais para aliecionar o ensino secundário. Salientou que do ano letivo 2011/2012 ao ano letivo de 2015/2016 o Agrupamento perdeu cerca de 341 alunos. Disponibilizou-se para refletir sobre a educação e o futuro da educação em Cabeceiras de Basto. -----

O membro do Grupo Municipal do PS, Domingos Fernando de Araújo Machado Pereira para dizer que a escola pública teve e tem um papel importante na questão da equidade e igualdade sociais, porque cada caso é um caso. Aqui, na escola pública, não há seleção. Referiu que a questão demográfica é um factor preocupante que se cruza com as políticas de educação definidas que visam uma otimização dos recursos, nomeadamente financeiros. Há diferentes opiniões quanto a estas questões, solidarizando-se com o Governo da República, cuja medida tem alguma lógica, mas cuja aplicação pode ter registado erros e que agora, face às novas realidades, têm que ser ultrapassados, assim como assumida uma posição consensual sobre esta matéria, inclusiva e a pensar no futuro. Disse ainda que sendo esta tomada de posição política gostaria que houvesse consenso, que fosse subscrita pelas várias forças políticas e que possa ser assumida por todos dada a natureza do assunto e o seu relacionamento com o futuro. -----

O Presidente da Assembleia Municipal para dizer que a mesa dispõe de um texto que pode ser considerado uma tomada de posição, que contém vários pontos e que está assinada por elementos das diferentes forças políticas que integram a Comissão de Educação, Cultura e Formação. Um texto que considerou consensual, no entanto colocou ao plenário a possibilidade de fazer aditamentos ou reformular o texto, questionando-o da sua pretensão. -----

O membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras" – IPC, Paulo Adriano dos Santos Nogueira Pinto, para dizer que esta tomada de posição, assumida na reunião de trabalho da Comissão vincula todas as partes ali representadas, pode servir como base de trabalho, mas se o PS tiver outra solução ou texto, o IPC está recetivo a trabalhar um novo documento ou a manter este. -----

O membro do Grupo Municipal do PPD/PSD-CDS/PP, Laura Patrícia de Sousa Monteiro Magalhães para dizer que estão de acordo com a tomada de posição que emergiu da reunião da Comissão de Educação, Cultura e Formação, onde se procurou chegar a um documento de consenso, mas estão igualmente disponíveis para trabalhar nova solução. -----

O membro desta Assembleia Abílio Fernando Gonçalves Alves, para dizer que o Estado tem obrigação constitucional de facilitar ou garantir o ensino obrigatório a toda a gente. O Estado para

ATA NÚMERO QUATRO
ANO 2016
09-09-2016
PÁGINA 14 DE 35



MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

cumprir esta obrigação constitucional por vezes recorre a outras entidades, nomeadamente privadas. Ora se o Estado está mais equipado, tem mais e melhores escolas, se tem condições para garantir um ensino de qualidade, questionou o porquê de associar-se a entidades privadas e para quê, se estas têm condições para funcionar. Não é um ataque ao ensino privado. Este pode continuar a existir. Disse abster-se na votação deste assunto, pois considera haver muitos interesses e ter dificuldade em entender esta matéria. -----

O Presidente da Assembleia Municipal para perguntar se alguém mais pretendia pronunciar-se sobre o assunto. -----

O membro do Grupo Municipal do PS, Domingos Fernando de Araújo Machado Pereira leu a seguinte tomada de posição: -----

«Considerando que foi remetida a esta Assembleia Municipal uma missiva redigida por um grupo de cidadãos que promoveu um abaixo-assinado, com três mil e trinta e duas assinaturas, enviado ao Ministro da Educação, contra encerramento de três turmas de Ensino Secundário no Externato de S. Miguel de Refojos. -----

Considerando que nesse documento se fazia referência a uma resolução aprovada por unanimidade na Câmara Municipal, que não foi ouvida no processo, apesar de se encontrar em vigor um contrato de execução com transferência de diversas competências em matéria de educação para a autarquia, onde se referia a preocupação com o processo em curso; -----

Considerando que esse grupo de cidadãos solicitava a todos os órgãos autárquicos que se pronunciassem acerca desse assunto e que a Comissão Permanente de Educação, Formação e Cultura sobre ele tomasse uma posição. -----

Considerando que a Comissão de Educação, Formação e Cultura reuniu expressamente, em sessão extraordinária, para cumprimento das suas obrigações regimentais, a 27 de julho de 2016, tendo, entre outros juízos de valor, sugerido que a Assembleia Municipal de Cabeceiras de Basto se pronunciasse sobre este assunto, -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista entende: -----

- a) *Manifestar a sua preocupação pela forma não participada por todos os agentes educativos, como o processo de encerramento de turmas do Ensino Secundário foi conduzido; -----*
- b) *Associar-se à apreensão dos signatários do abaixo-assinado enviado ao Sr. Ministro da Educação relativamente às consequências dessa decisão; -----*

ATA NÚMERO QUATRO

ANO 2016

09-09-2016

PÁGINA 15 DE 35



MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

c) *Solidarizar-se com a tomada de posição da Câmara Municipal sobre este assunto, sobretudo tendo em conta que a Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto não foi ouvida neste processo, embora exista um contrato de execução e gestão celebrado entre o Ministério da Educação e a Câmara Municipal;* -----

d) *Apelar a todos os agentes educativos, sobretudo àqueles que directamente e ou indirectamente são parte interessada, para iniciarem um processo de diálogo aberto, reflexivo e prospectivo, sobre o futuro das respostas educativas no contexto municipal de Cabeceiras de Basto;*" -----

O Presidente da Assembleia Municipal deixou à consideração do plenário a análise do texto e subscrição desta tomada de posição. -----

O membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras" – IPC, Paulo Adriano dos Santos Nogueira Pinto, para dizer que o texto explanado nesta tomada de posição respeita tudo aquilo que foi consensualmente debatido na Comissão e por isso não têm nada a opor. Concordam com o teor do mesmo e por isso a bancada do IPC o subscreve. -----

O membro do Grupo Municipal do PPD/PSD-CDS/PP, Laura Patrícia de Sousa Monteiro Magalhães para dizer que esta tomada de posição reflete o pensamento do PSD, que estão de acordo e por isso subscrevem o documento. -----

O Presidente da Assembleia Municipal solicitou a entrega do documento à mesa, uma vez que o teor do mesmo é subscrito pelas diferentes forças políticas com assento neste plenário. Uma vez relido o texto, foi colocado à votação. O plenário aprovou a tomada de posição por maioria com duas abstenções (Abílio Fernando Gonçalves Alves e Augusta Cristina Gomes da Costa Dias – PS). -----

PONTO NÚMERO TRÊS – CENTRO DE ARBITRAGEM E CONFLITOS DE CONSUMO DO VALE DO AVE – Quota 2016 -----

Presente para apreciação e votação a renovação da participação do Município no Centro de Arbitragem e Conflitos de Consumo do Vale do Ave – Quota 2016, o Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para se pronunciar sobre o mesmo. -----

O Presidente da Câmara Municipal para dizer que se trata da renovação e consequente atualização da quota de participação do Município no Centro de Arbitragem do Vale do Ave para os anos de 2016 e seguintes, enquanto se mantiver inalterável o valor da quota. -----

ATA NÚMERO QUATRO
ANO 2016
09-09-2016
PÁGINA 16 DE 35



MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

O Presidente da Assembleia para perguntar se alguém pretendia pronunciar-se sobre o assunto. Ninguém se inscreveu. Colocou então à votação a **renovação e atualização da quota para 2016 do Centro de Arbitragem e Conflitos de Consumo do Vale do Ave**, que foi aprovado por **unanimidade**. -

PONTO NÚMERO QUATRO – REGULAMENTO DE POLÍTICA DE INCORPORAÇÃO DO MUSEU DAS TERRAS DE BASTO -----

Presente para apreciação e votação o Regulamento de Política de Incorporação do Museu das Terras de Basto, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Presidente da Câmara** para se pronunciar sobre o assunto. -----

O **Presidente da Câmara** para dizer que se trata de um procedimento legal integrado na Lei Quadro que define e aprova o funcionamento dos Museus Portugueses. Todos os museus devem observar uma política de incorporação definida de acordo com a sua vocação e consubstanciada num programa de ação que permite imprimir coerência e dar continuidade ao funcionamento do respetivo acervo de bens culturais. Este documento define uma política de incorporação do Museu Terras de Basto e foi elaborado pela equipa técnica do Museu. A sua existência permite a apresentação de candidaturas a fundos comunitários no âmbito da atividade que o Museu desenvolve. -----

O **Presidente da Assembleia** para perguntar se alguém pretendia pronunciar-se sobre o assunto. Ninguém se inscreveu. Colocou à votação o **Regulamento de Política de Incorporação do Museu das Terras de Basto**, que foi aprovado por **unanimidade**. -----

PONTO NÚMERO CINCO – REGULAMENTO INTERNO DO MUSEU DAS TERRAS DE BASTO -----

Presente para apreciação e votação o Regulamento Interno do Museu das Terras de Basto, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** para introduzir o debate sobre este assunto. -----

O **Presidente da Câmara** para dizer que se trata de um regulamento interno do Museu, procedimento legalmente imposto que vem agilizar o funcionamento do museu, assim como definir as regras de conservação e inventariação do património existente, exposição das coleções e dinamização de iniciativas surgindo em complemento ao anterior ponto da ordem de trabalhos, permitindo de igual forma o acesso a candidaturas a fundos comunitários. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se alguém pretendia usar da palavra. Inscreveu-se para falar: -----

O membro do Grupo Municipal do PS, Domingos Fernando de Araújo Machado Pereira, que no

ATA NÚMERO QUATRO
ANO 2016
09-09-2016
PÁGINA 17 DE 35



X

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

uso da palavra constatou a evolução no capítulo museológico concelhio. Existem hoje vários núcleos, como o Ferroviário do Arco de Baúlhe que apresenta um património riquíssimo (com as carruagens reais) ou o Núcleo Museológico do Baixo-Tâmega, uma obra exemplar. Congratulou-se com os passos que estão a ser dados, pois é o resultado e o reconhecimento de um trabalho que começou há alguns anos, que entra agora numa fase de consolidação e faz parte e enriquece a oferta turística e cultural do nosso concelho. Reconheceu o trabalho e o grande esforço que foi preciso fazer para que as obras acontecessem, nomeadamente no Núcleo Ferroviário do Arco de Baúlhe e no que à recuperação e fixação do património diz respeito, sendo hoje um espaço modelar associado a uma Ecopista. Reitera a sua satisfação com os passos dados e felicita todos os que ajudaram à sua concretização. -----

O membro do Grupo Municipal do PPD/PSD-CDS/PP, Laura Patrícia de Sousa Monteiro Magalhães para dizer que se trata de um documento positivo, chamando no entanto à atenção para alguns aspetos que futuramente devem merecer reflexão e de que são exemplo as normas de funcionamento e mais concretamente o horário de acesso a estes espaços museológicos concelhios. Questionou o dia de encerramento ao público que é à segunda-feira e por isso colide com o dia da feira semanal. Relativamente à Casa da Lã, em Bucos, não é referido quando e onde é possível fazer a marcação de visitas e chama à atenção para o dia de encerramento, sugerindo visitas nos feriados através de marcação. -----

O Presidente da Câmara para responder ao **membro do Grupo Municipal do PPD/PSD-CDS/PP, Laura Patrícia de Sousa Monteiro Magalhães** admitiu que há aspetos que podem ser melhorados, no entanto, ainda que o Regulamento em apreço tenha estado em discussão pública, o facto é que não foram apresentadas sugestões ao mesmo. -----

O membro do Grupo Municipal do PPD/PSD-CDS/PP, Laura Patrícia de Sousa Monteiro Magalhães para dizer que se trata somente de sugestões e que deveria ser repensada a forma de divulgação do período em que este e outros documentos municipais, se encontram em discussão pública. -----

O Presidente da Assembleia em substituição, Mário Machado Pinto Oliveira, para perguntar se alguém pretendia pronunciar-se sobre o assunto. Ninguém se inscreveu. Colocou à votação o **Regulamento Interno do Museu das Terras de Basto**, que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO NÚMERO SEIS – REGULAMENTOS – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA CONCESSÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS DO MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE

ATA NÚMERO QUATRO
ANO 2016
09-09-2016
PÁGINA 18 DE 35



A

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

BASTO – REGULAMENTO PARA A CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO DO MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO -----

Presente para apreciação e votação os Regulamentos – Alteração ao Regulamento da Concessão de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Cabeceiras de Basto – Regulamento para a Concessão de Bolsas de Estudo do Município de Cabeceiras de Basto, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para se pronunciar sobre o documento em apreço. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** para dizer que este regulamento vem à Assembleia Municipal para ser apreciado e votado tendo em conta as devidas alterações, já que no anterior era privilegiado o ensino secundário que é obrigatório e comparticipado, enquanto, que, no atual documento em apreço pretende-se privilegiar o ensino superior através da atribuição de bolsas de estudo para incentivar a formação de quadros técnicos superiores. Para o efeito foi necessário reformular o regulamento existente estabelecendo novas regras de candidatura às bolsas de estudo. -----

O **Presidente da Assembleia** para perguntar se alguém pretendia pronunciar-se sobre o assunto. Inscreveu-se para falar o **membro do Grupo Municipal do PS, João Pedro Magalhães Pacheco** que uma vez no uso da palavra manifestou satisfação por este documento contribuir para a igualdade de oportunidades - conceito base desta medida - e para apoiar o prosseguimento de estudos no ensino superior. Considerou que esta medida é também uma marca da governação socialista em Cabeceiras de Basto. É uma realidade desde 1996. A alteração do regulamento revela uma nova estratégia da Câmara Municipal que visa a formação de quadros técnicos e privilegia os alunos que frequentam o ensino superior. Salientou que foram investidos nesta área, até ao presente, mais de meio milhão de euros em bolsas de estudo de que beneficiaram 868 jovens. A matriz social do Partido Socialista na Câmara Municipal é uma prática real e efetiva no exercício da governação. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se alguém mais pretendia usar da palavra. Como tal não aconteceu, colocou à votação os **Regulamentos – Alteração ao Regulamento da Concessão de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Cabeceiras de Basto – Regulamento para a Concessão de Bolsas de Estudo do Município de Cabeceiras de Basto**, sendo aprovados por unanimidade. -----

PONTO NÚMERO SETE – PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO -----

ATA NÚMERO QUATRO
ANO 2016
09-09-2016
PÁGINA 19 DE 35



MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

Presente para apreciação e votação o Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Presidente da Câmara para apresentar este assunto. -----

O **Presidente da Câmara** disse tratar-se de um documento que pretende ser orientador, possui um conjunto de ações capazes de afirmar Cabeceiras de Basto como destino turístico e um programa de excelência. Acrescentou que para afirmar Cabeceiras como destino turístico é preciso valorizar os produtos locais, a gastronomia ou a hospitalidade, destacando o Mosteiro de S. Miguel de Refojos como tendo um papel importante neste contexto já que se trata do expoente máximo da nossa cultura. Reconheceu o turismo como fator importante no crescimento e desenvolvimento local, considerando este plano como um primeiro passo dado nesse sentido, assim como na captação de potenciais investidores na nossa terra. Um plano que resulta do trabalho de muitas pessoas, é composto por cinco partes, entre as quais a caracterização, o conceito estratégico, o plano de ação e o modelo de governança. Disse ainda, tratar-se de um documento que não está fechado e que pode ainda receber contributos no sentido de o enriquecer no futuro. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se mais alguém pretendia usar da palavra. Inscreveu-se para falar: -----

O **membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras" – IPC, Paulo Adriano dos Santos Nogueira Pinto**, para reconhecer a importância deste documento, as suas potencialidades e fazer uma apreciação globalmente favorável. O facto de existir é positivo e denota uma maior atenção ao setor do turismo, setor que está em crescimento exponencial em todo o país, sendo atualmente uma fonte cada vez mais promissora de riqueza. Disse que há grande potencial neste concelho, que por todos é reconhecido e, por muitos, ainda desconhecido. Reconhece algum esforço no sentido de concertar esforços com 'agentes' turísticos ao nível do alojamento, da restauração e da animação turística, havendo alguns caminhos promitentes a ser trilhados. Este Plano Estratégico manifesta também a vontade de conhecer o perfil e as motivações dos turistas que cá vêm o que demonstra uma visão um pouco mais profunda sobre a matéria em causa. O reconhecimento de uma marca é importante. O Mosteiro de S. Miguel de Refojos destaca-se como tal. Há também neste plano uma maior atenção ao turismo da natureza reconhecendo a importância do pedestrianismo como forma de atividade que motiva muita gente a deslocar-se a esta região e chama a atenção para a oferta de roteiros integrados e de dimensão regional, entre outras ideias que considera boas. Ainda assim, diz que o Plano não vai longe, estando algumas coisas pouco definidas, mas considera importante uma maior abrangência tendo em

ATA NÚMERO QUATRO
ANO 2016
09-09-2016
PÁGINA 20 DE 35



MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

vista chegar a quem ainda não conhece esta terra, exemplificando com a ótima e estratégica localização de Cabeceiras de Basto, concelho situado num ponto central do norte de Portugal que deve ser potenciado. Sugeriu a colocação de painéis promocionais junto à autoestrada que atravessa o município e nos liga à Europa. -----

O pedestrianismo, o BTT, o ciclismo, a sinalética, são alguns dos pontos destacados e que devem ser melhorados, reconhecendo que a zona ribeirinha do Tâmega deveria merecer maior atenção. Também a falta de referência às geminações deve ser suprimida. Acrescentou que os Planos não são perfeitos e que têm que ser construídos e aperfeiçoados ao longo do tempo tendo em conta o mercado competitivo onde se inserem, sendo por isso fundamental afirmar uma marca identitária forte deste grande potencial. No entanto, há muito trabalho ainda a fazer, que deve ser abrangente, integrado e articulado com outras ofertas e na região à luz de um horizonte mais largo. -----

O membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras" – IPC, Paulo Adriano dos Santos Nogueira Pinto, para questionar o Presidente da Câmara quanto ao registo de dormidas e de que forma serão monitorizadas. -----

O membro do Grupo Municipal do PPD/PSD-CDS/PP, Hugo André Furtado Martins Pacheco, para referir que o turismo é uma mais valia social em qualquer sociedade. A sua capacidade estratégica de criar riqueza e emprego associada à sua capacidade cultural, que envolve pessoas dos quatro cantos do mundo, são essenciais para o desenvolvimento de qualquer região. Com o contributo de todos acredita ser possível traçar um caminho estável e sustentável, definindo objetivos e metas capazes de contribuir para o desenvolvimento do concelho, para criar riqueza e para o bem estar de quem aqui vive. O documento apresentado é um excelente ponto de partida para construir uma estratégia para o turismo em Cabeceiras de Basto. Este modelo de gestão capaz de envolver os diferentes agentes e a sociedade civil é visto com bons olhos pelo PSD. Saudaram a inclusão de modalidades como o *Geocaching* como uma aposta para o futuro e que pode ser um fator de atratividade. -----

Salientou alguns pontos que vêm ao encontro do que o PSD tem vindo a defender nestes últimos anos, como a oferta hoteleira desequilibrada, a ausência de um produto turístico integrado justificado pela inexistência de um trabalho em rede e um défice de recursos humanos qualificados no setor do turismo.

Chamou ainda à atenção para outros pontos que de forma indireta são uma grande ameaça tais como o declínio demográfico, a emigração, o despovoamento do território e o envelhecimento populacional que considerou ser fruto da gestão socialista nos últimos anos no que respeita à fixação dos jovens através

ATA NÚMERO QUATRO
ANO 2016
09-09-2016
PÁGINA 21 DE 35



MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

de uma política de criação de emprego com medidas que consigam atrair o investimento. O PSD considera que estes planos de ação poderão ter interesse se enquadrados numa rede que permita a qualquer turista que aqui se desloque, atraído por um qualquer evento, completar o seu roteiro com as várias ofertas turísticas. Considerou que atualmente Cabeceiras é apenas um local de passagem e por isso é importante mudar o paradigma. Por outro lado, alertou para a necessidade de aumentar a capacidade hoteleira e atrair novos e diferentes tipos de turistas. Realçou a importância da divulgação, nomeadamente através do site municipal que deve ser melhorado e multilingue recorrendo à utilização de novas ferramentas tecnológicas e programas mais condizentes com o que se pretende atingir e que vá mais além das fronteiras do nosso concelho. Realçou o diálogo com os diferentes agentes do setor e potenciais investidores. Disse ainda que cabe à Câmara Municipal proteger o seu património cultural e riqueza natural, no âmbito de um quadro legal que lhe permita obter financiamento para o desenvolvimento de novos projetos. O PSD enaltece o conteúdo do documento apresentado, que aponta o caminho a percorrer, indica os setores que pretende ver melhorados e apresenta novas propostas de ação que consideram mais valias para o concelho. Garantiu que o PSD apresentará contributos tendo em vista melhorar e enriquecer futuramente este Plano Estratégico de Turismo. -----

O membro do Grupo Municipal do PS, Domingos Fernando de Araújo Machado Pereira, para dizer que este [o turismo] é um assunto bastante consensual e que também o Governo está empenhado em investir no setor. Este documento é necessário, positivo e um passo muito significativo para a consolidação daquilo que é a estratégia de desenvolvimento turístico do nosso concelho, mas importa salientar a oferta de equipamentos e infraestruturas atualmente existentes - além da riqueza natural e patrimonial de Cabeceiras de Basto - algumas das quais inovadoras e marcantes, que podem responder a estes novos desafios, garantindo uma oferta diferenciada, tais como a Casa do Tempo como estrutura catalisadora de visitantes, mas também o Museu Terras de Basto, a Casa do Pão ou da Lã, o Centro de Educação Ambiental, o Centro Hípico, entre outros equipamentos que fazem com que Cabeceiras de Basto tenha hoje maior atratividade e capacidade de alavancagem de oferta turística antes inexistente. Tem que haver uma óbvia responsabilização entre aquilo que é o investimento público e da autarquia e a iniciativa privada. Este plano não responde a tudo. É um desafio. Tem pontos centrais como a questão da comunicação, mas a questão da competição também é muito forte e tem que ser encarada com inteligência salientando a importância do documento que hoje está aqui para apreciação. -----

ATA NÚMERO QUATRO
ANO 2016
09-09-2016
PÁGINA 22 DE 35




MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

O Presidente da Câmara para agradecer os comentários positivos e para responder ao membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras" – IPC, Paulo Adriano dos Santos Nogueira Pinto disse que há mecanismos e organismos como o Instituto Nacional de Estatística que monitorizam o número de dormidas no concelho. Disse que a colocação de um painel promocional do concelho junto à autoestrada é algo que já foi pensando e está em andamento. Disse ainda que o Mosteiro S. Miguel de Refojos é certamente o ponto central da marca que se pretende afirmar e no qual se vai continuar a apostar. Cabeceiras de Basto é um destino apelativo e este documento vai com certeza ajudar a potenciá-lo. -----

O Presidente da Assembleia Municipal perguntou se mais alguém pretendia usar da palavra. Como tal não aconteceu, colocou à votação o Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico que foi aprovado por unanimidade. -----

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD-CDS/PP foi apresentada a declaração de voto com o seguinte teor: -----

«O Turismo é uma mais valia essencial em qualquer sociedade. -----

A sua capacidade estratégica de criar riqueza e emprego, bem como, a possibilidade de enriquecimento cultural e individual de uma população através do relacionamento com pessoas dos "quatro cantos" do mundo são essenciais para o desenvolvimento de uma região. -----

Com o contributo de todos, acreditamos ser possível traçar um caminho estável e sustentável, ultrapassando os desafios que forem surgindo, delimitando metas e horizontes tangíveis, de modo a contribuir para o desenvolvimento do concelho, a geração de riqueza e contribuir para o bem estar de quem cá vive. -----

O documento que nos foi hoje apresentado é um excelente ponto de partida para construir uma estratégia de sucesso para o desenvolvimento do Turismo em Cabeceiras de Basto. -----

Um modelo de gestão que reúna os principais agentes de desenvolvimento do concelho e que envolva a sociedade civil é visto com bons olhos pelo PSD. -----

Saudamos a inclusão do Geocaching como uma aposta para o futuro. -----

Da análise swot realizada salientamos alguns pontos que vêm de encontro ao que o PSD tem vindo a defender nestes últimos anos: Oferta hoteleira desequilibrada, inexistência de um produto turístico integrado justificado pela inexistência de um trabalho em rede e um défice de recursos humanos qualificados no setor do turismo. -----

ATA NÚMERO QUATRO
ANO 2016
09-09-2016
PÁGINA 23 DE 35



MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

Outros de forma indireta são uma grave ameaça, tais como: declínio demográfico, emigração e despovoamento do território e envelhecimento populacional, que são frutos da incapacidade da governação socialista nos últimos anos no que diz respeito à fixação dos jovens e dos menos jovens do nosso concelho, através de uma verdadeira política de criação de emprego, com medidas que consigam atrair investimento. -----

Consideramos que os planos de ação que constam neste documento poderão ter bastante impacto se enquadrados numa rede, permitindo, desta forma, que qualquer turista que se desloque ao nosso concelho atraídos por um qualquer evento consiga completar o seu roteiro com as diferentes ofertas disponíveis. -----

Sentimos que neste momento Cabeceiras é apenas um local de passagem e é importante mudar esse paradigma. -----

A própria definição de Turista, de acordo com a ONU, aponta para a permanência de pelo menos 24 horas no local para onde se deslocou. -----

Nesse sentido é preciso aumentar a capacidade hoteleira no nosso concelho, com unidades que tenham capacidade de alojamento superior, por exemplo, à lotação de um autocarro e criar ofertas diversificadas capazes de atrair diferentes tipos de turistas. -----

Os meios de divulgação também são um aspeto essencial. Difundir o nosso nome e os pontos de interesse turístico para lá das fronteiras do nosso concelho é fundamental. -----

Cada vez mais as novas tecnologias são importantes. Nesse sentido, entendemos que no site da Câmara Municipal, sejam disponibilizadas versões em Inglês, Francês e Espanhol, nomeadamente da parte destinada ao sector do turismo. Entendemos, também, que junto à descrição de cada ponto de interesse turístico se deva incluir as coordenadas geográficas, bem como uma ligação direta, de cada zona, ao Google Maps. -----

Entendemos que a Câmara Municipal deva ter um papel importante na criação de condições que possibilitem à sociedade civil investir no desenvolvimento na nossa terra. No caso concreto do turismo é importante o diálogo com os diferentes empresários ligados ao setor, a procura de investidores que se disponibilizem a contribuir para o aumento das infraestruturas relacionadas com o turismo. -----

A Câmara Municipal tem, também, o dever de preservar a riqueza natural e o património cultural que estão sob a sua alçada, concorrer, dentro do enquadramento legal, a concursos com vista a adquirir financiamento para novos projetos. -----

ATA NÚMERO QUATRO
ANO 2016
09-09-2016
PÁGINA 24 DE 35



MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

Para concluir, o PSD enaltece o conteúdo do documento aqui hoje apresentado, pois este aponta claramente o caminho a percorrer, indica quais os setores que precisam de ser melhorados e apresenta novas propostas de ação que consideramos mais valias para o concelho. -----

Desta forma o PSD votará favoravelmente à implementação deste Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo em Cabeceiras de Basto. -----

PONTO NÚMERO OITO – 1.ª ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA 2016 -----

Presente para apreciação e votação a 1.ª Alteração do Mapa de Pessoal para 2016, **O Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Presidente da Câmara para apresentar este assunto. -----

O Presidente da Câmara disse tratar-se de uma alteração que emerge da necessidade de dar respostas às diferentes exigências que se colocam à Câmara Municipal e também por vontade própria. Conjuntamente com os técnicos verificaram que havia algumas lacunas a preencher para que a Câmara Municipal possa dar seguimento à sua atividade com alguma qualidade. Disse que esta alteração ao mapa de pessoal tem um enquadramento histórico, que passou a referir, reportando-se à criação da Emunibasto que entrou em funcionamento em 2003 e no âmbito da qual a Câmara não teve necessidade de contratar pessoal necessário para assegurar o desenvolvimento das suas atribuições e competências uma vez que muitas delas foram transferidas para a referida empresa municipal. O período entre 2003 e 2013 ficou marcado pela inauguração e colocação ao serviço das populações de inúmeros equipamentos culturais, desportivos, recreativos e outros, para além da assumpção de mais responsabilidades por parte do município em diferentes áreas, como a educação. -----

Para o seu funcionamento foram necessários recursos humanos, cuja contratação foi feita através da Emunibasto. Em 2012 a Câmara foi confrontada com a imposição legal de extinguir a Emunibasto e em 2013 todos os serviços tiveram que ser reorganizados. A Câmara Municipal teve que organizar concursos públicos internacionais para a prestação de serviços que antes eram assegurados pela empresa municipal Emunibasto. Esta foi a principal razão pela qual o quadro de pessoal não foi aumentado e à época ajustado às reais necessidades do Município. Necessidades, que são hoje cada vez mais exigentes e amplas nos serviços prestados aos munícipes. -----

Para dizer ainda, que os orçamentos anteriores não o permitiram fazer e, agora, em 2016, é possível. Como tal, temos aqui oportunidade para reorganizar os serviços e preencher algumas lacunas que existem na Câmara Municipal ao nível do pessoal. -----

ATA NÚMERO QUATRO
ANO 2016
09-09-2016
PÁGINA 25 DE 35



MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

Para referir que em 2010, o número de funcionários era superior ao que ficará agora em 2016 com a criação destes sessenta e quatro novos lugares. Acrescentou que é um desígnio da Câmara Municipal e do Presidente da Câmara para que haja esta alteração ao quadro de pessoal. Há uma crescente necessidade de dar respostas a estas exigências, motivo pelo qual este assunto vem à Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém pretendia pronunciar-se sobre o presente assunto. -----

Inscreveram-se para falar: -----

O membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras" – IPC, Manuel Baltazar Barreto de Vasconcelos para solicitar alguns esclarecimentos. Começou por dizer que a criação de sessenta e quatro lugares na Câmara corresponde a um aumento de 25% a 30% do pessoal não obstante o número ser inferior ao que era em 2010. Lembrou que nesta data havia pessoal afeto à Emunibasto que encerrou em 2012 por imperativo legal. Entretanto foram abertos concursos e alguns serviços foram entregues a entidades locais como, empresas ou associações como é o caso da Basto Vida ou Juntas de Freguesia que passaram a gerir a maioria dos equipamentos públicos. Consequentemente, havendo este aumento de pessoal, questionou o Presidente da Câmara se alguns desses equipamentos vão voltar a ser geridos pela Câmara Municipal. Referiu ainda o facto de existirem alguns lugares cujas habilitações académicas exigidas são as mesmas de alguns quadros técnicos que entretanto saíram da Câmara e questionou qual o motivo. Por último deixou uma crítica à forma como o documento foi apresentado, na medida em que não foi dada justificação fundamentada sobre os lugares disponíveis e as funções que aí vão ser desempenhadas, levantando algumas dúvidas que no seu entender seriam dissipadas com uma fundamentação individual nomeadamente no que aos quadros superiores diz respeito. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Cabeceiras de Basto (S. Nicolau), José Carlos Ferreira Rebelo, para lembrar que as Câmaras que estão sob saneamento ou rotura não podem contratar, o que significa que se a Câmara de Cabeceiras de Basto o pode fazer é porque está no bom caminho. Está com uma gestão equilibrada e cumpre os requisitos para tal. Referiu que esta é uma competência da Câmara e dado que esta situação é possível, é de enaltecer a Autarquia por ter tomado a iniciativa e esta posição. É salutar que a Câmara Municipal crie condições mais estáveis para as pessoas que para ela trabalham. -----

ATA NÚMERO QUATRO
ANO 2016
09-09-2016
PÁGINA 26 DE 35



X

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

O membro do Grupo Municipal do PPD/PSD-CDS/PP, Hugo André Furtado Martins Pacheco, para saudar a integração das sessenta e quatro pessoas no quadro da Câmara, por entender que quando há possibilidade de dar estabilidade às pessoas da terra, tal é positivo. No entanto, não entende os critérios de seleção para alguns desses lugares, parecendo haver um desfasamento entre a competência que se vai desempenhar e a competência que é exigida à pessoa que vai a concurso público. Questionou a Câmara, sobre quais os critérios na atribuição da aptidão a cada uma dessas vagas. -----

O Presidente da Câmara para responder ao membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras" – IPC, Manuel Baltazar Barreto de Vasconcelos disse que esta é apenas uma alteração ao mapa de pessoal que ainda não está efetivada e se tal se vier a concretizar há cláusulas nos protocolos assinados para o desempenho de determinadas funções que podem vir a ser revertidas. Para dizer também, que não estão a ser criados lugares com as mesmas funções dos técnicos que entretanto saíram. -----

Para responder ao Presidente da Junta de Freguesia de Cabeceiras de Basto (S. Nicolau) agradeceu as palavras proferidas e ao membro do Grupo Municipal do PPD/PSD-CDS/PP, Hugo André Furtado Martins Pacheco, disse que este trabalho foi feito pelo Presidente da Câmara conjuntamente com os técnicos e ao detetar determinadas lacunas consideraram que havendo a possibilidade de as suprimir, a Câmara ficará melhor servida. Esta é uma oportunidade que deve ser aproveitada para tratar desta matéria. -----

O membro do Grupo Municipal do PS, Domingos Fernando de Araújo Machado Pereira, para dizer que esta Assembleia Municipal tem um conjunto de competências neste domínio e portanto tem que as exercer a partir da apreciação que faz *a priori* dos documentos apresentados, mas também a posterior com uma análise à sua aplicação. Disse ter que se restringir ao quadro legal aqui vigente que tem a ver com a competência funcional e gestonária que compete ao Presidente da Câmara, partindo do pressuposto que terá sido feita uma análise organizacional que detetou e sinalizou um conjunto de necessidades decorrentes dos múltiplos equipamentos e ofertas existentes proporcionadas aos municípios, que potenciam o nosso concelho e que não podem ser encerrados, nem privados da prestação de serviços que considera essenciais à população. Trata-se de um processo transparente, passível de escrutínio público. A alteração postula a possibilidade de abrir sessenta e quatro lugares que podem ser ocupados, mas estaremos sempre perante um concurso público cujas normas têm que ser observadas. -----

ATA NÚMERO QUATRO
ANO 2016
09-09-2016
PÁGINA 27 DE 35



MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

Para reafirmar que esta é uma competência da Câmara e que cada um assumirá as suas responsabilidades. -----

O membro do Grupo Municipal do PPD/PSD-CDS/PP, Hugo André Furtado Martins Pacheco para dizer que estranham a especificidade com que foi atribuída uma determinada competência a uma determinada vaga, mas respeitam a competência natural que cabe ao Presidente da Câmara. -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a **1.ª Alteração do Mapa de Pessoal** para 2016, que foi aprovado por **maioria**, com **dezanove votos a favor** (Joaquim Barroso Almeida Barreto, Mário Machado Pinto Oliveira, Augusta Cristina Gomes da Costa Dias, Andreia Catarina Novais Ribeiro, Domingos Fernando de Araújo Machado Pereira, João Pedro Magalhães Pacheco, Manuel José de Campos Carneiro, Armando Ramiro Henriques Marques, Armando de Oliveira Machado Duro, Leandro Vilela Campos, Carlos Teixeira, Hélio Luís Vaz Alves, António Fernando Ferreira Basto, José Carlos Ferreira Rebelo, Alfredo Magalhães, José de Oliveira Brás, Manuel António Ramos Pereira, Fernando Oliveira de Sousa, Abílio Fernando Gonçalves Aves), **nove contra** (Paulo Adriano dos Santos Pinto, Manuel Baltazar Barreto de Vasconcelos, Vítor Manuel Pereira Carvalho, Alcino Teixeira de Castro, Fernando António de Oliveira Henriques Brás, José Alexandre Leite Campos, Sandra Cristina Vieira Mendes da Fonseca, João Luís Mouta Magalhães) e **três abstenções** (Laura Patrícia de Sousa Monteiro Magalhães, Hugo André Furtado Martins Pacheco e António Paulo Pereira Carvalho Guerra). --

Sobre este assunto o Grupo Municipal do Partido Socialista apresentou a declaração de voto com o seguinte teor: -----

«Considerando que a proposta de alteração do mapa de pessoal do Município é uma das competências que se enquadra na atividade de gestão funcional e permanente do Presidente da Câmara Municipal; --- Considerando que após a pertinente avaliação se entendeu elaborar um novo mapa de pessoal adequado às necessidades efetivas e reais do Município, no respeito pelos critérios da eficácia e proficiência para manter em funcionamento os diferentes equipamentos e melhor servir os cidadãos cabeceirenses bem como as pessoas que nos visitam. -----

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista, em conformidade com o enunciado, e no âmbito da sua apreciação e competência votou favoravelmente a 1.ª alteração do Mapa de Pessoal para 2016. -----

O Grupo Municipal do "Independentes por Cabeceiras" – IPC apresentou a declaração de voto com o seguinte teor: -----

«Reconhecendo que a Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto apresenta hoje uma situação

ATA NÚMERO QUATRO
ANO 2016
09-09-2016
PÁGINA 28 DE 35



A

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
 CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

financeira mais estável, resultado de um esforço na diminuição da dívida e que, por imposição legal, foi obrigada a extinguir a empresa municipal Emunibasto com conseqüente reorganização dos seus serviços, optou por realizar concursos públicos para a prestação de serviços associados à gestão e administração da maioria dos seus equipamentos, para colmatar as necessidades de recursos humanos que pudessem resultar da referida imposição legal. -----

No entanto, considerando que: -----

- os equipamentos municipais são maioritariamente administrados pela Basto Vida, o recrutamento de sessenta e quatro novos técnicos corresponde a um número considerável de lugares; -----
- não é feita qualquer referência à Basto Vida nem às Associações que administram equipamentos da Autarquia, assim como aos equipamentos que continuarão a ser administrados por estas entidades ou aos que passarão para a administração direta da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto; -----
- numa alteração ao Mapa de Pessoal, a necessidade de mais recursos humanos deve ser particularmente justificada e fundamentada, incluindo os requisitos para recrutamento no que respeita à formação académica e profissional, bem como à área de formação para os técnicos superiores, o que não acontece na proposta apresentada; e -----
- a Câmara Municipal deixou sair dos seus quadros alguns técnicos superiores com a formação exigida para os lugares que agora está a criar. -----

Face ao exposto, os membros da Assembleia eleitos pelo grupo IPC não podem concordar com esta proposta de alteração do Mapa de Pessoal para 2016, em particular pela falta de justificação e fundamentação da necessidade de mais recursos humanos, aliada à falta de informação sobre os equipamentos que continuarão a ser administrados por outras entidades e os que passarão para a administração direta da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, originando o surgimento de diversas dúvidas, motivo pelo qual optam por votar contra a mesma. -----

PONTO NÚMERO NOVE – FIXAÇÃO DE TAXAS – ESTUDO FINANCEIRO – IMI, DERRAMA, IRS E TMDP -----

Presente para apreciação e votação a Fixação de Taxas – Estudo Financeiro – IMI, Derrama, IRS e TMDP, o Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Presidente da Câmara para apresentar o assunto em apreço. -----

O Presidente da Câmara disse que na sequência do compromisso assumido anteriormente, de reduzir as taxas municipais ao longo deste mandato, pretendendo-se aliviar a carga fiscal sobre os munícipes,

ATA NÚMERO QUATRO
ANO 2016
09-09-2016
PÁGINA 29 DE 35



MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

apresentam para 2017 a seguintes proposta: IMI Rústico 0,8%, IMI Prédios Urbanos 0,30%, a participação no IRS 4%, a derrama mantém-se, a taxa municipal de direito de passagem continua com a taxa de 0,25%. Ainda no que respeita ao IMI decidiu-se também reduzir a taxa a aplicar em função da composição dos agregados familiares. Disse tratar-se de um esforço significativo do município mas também considerou importante o alívio fiscal a aplicar aos agregados familiares. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, perguntou se alguém pretendia pronunciar-se sobre o presente assunto. -----

Inscreveu-se para falar: -----

O membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras" – IPC, Vítor Manuel Pereira Carvalho, para dizer que na aplicação de taxas e mais precisamente no que toca ao IMI dos prédios urbanos concretiza-se uma pretensão que o IPC tem desde 2013 e que consiste na aplicação da taxa mínima. Relativamente ao desconto por agregado familiar congratulam-se que seja a continuidade da proposta feita pelos vereadores do IPC em 2015. Relativamente ao IMI dos Prédios Rústicos, não compreende o porquê da deliberação sobre esta taxa uma vez que esta está fixa por lei e não compete à Câmara Municipal deliberar sobre ela. Relativamente à derrama não concorda com a manutenção da taxa a aplicar, deliberada em 2015, visto que a alteração desta taxa seria um indicador de que a Câmara pretende ajudar os empresários. Isto porque considerou que a taxa a aplicar é irrisória e seria um sinal positivo e claro de apoio aos empresários, tendo em vista a manutenção e ampliação de postos de trabalho e uma forma de incentivo. Disse ainda que a Câmara Municipal vai receber mais 14% em taxas de derrama no final do ano de 2016. Relativamente ao IRS, no ano passado foi reduzido de 5% para 4,5% e agora em 2016, reduz-se para 4%, ainda que considere que se poderia ir mais além. Referiu que esta taxa só terá efeito em 2018. -----

O membro do Grupo Municipal do PS, Andreia Catarina Novais Ribeiro, para dizer que o Grupo Municipal do PS felicita e congratula-se com a Câmara Municipal pelo facto de terem tornado possível na fixação de taxas (IMI e IRS) - após mais de 20 anos à frente dos destinos do concelho e de um conjunto vastíssimo de iniciativas e obras realizadas, que transformaram e transfiguraram o concelho - diminuir a tributação fiscal sobre os munícipes. Aliás, uma decisão que considerou estar de acordo com os princípios de fiscalidade defendida nesta Assembleia Municipal pelo Grupo Municipal do PS, em nome do rigor e do desenvolvimento socioeconómico das populações. -----

ATA NÚMERO QUATRO

ANO 2016

09-09-2016

PÁGINA 30 DE 35



A

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

Não havendo mais questões sobre o assunto em apreço, o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a **Fixação de Taxas – Estudo Financeiro – IMI, Derrama, IRS e TMDP** que foi **aprovado por unanimidade.** -----

Sobre este assunto foram apresentadas as declarações de voto com o seguinte teor: -----

Declaração de Voto do Grupo Municipal do “Independentes por Cabeceiras” – IPC: «*Há três anos que o movimento IPC tem insistido na necessária redução da exaustão fiscal aplicada pelo município aos cabeceirenses nos últimos mandatos.* -----

Neste momento, embora tardia, a medida de redução da taxa do IMI para o valor mínimo de 0,30% é o surgimento de um novo paradigma das finanças locais mais amigo dos munícipes. -----

A introdução de descontos cumulativos em função do agregado familiar foi uma medida proposta por este movimento no ano passado, sendo dado continuidade este ano, ajustando a redução do IMI às alterações legislativas, nomeadamente de alteração de taxas de desconto para dedução fixa em euros, com a proposta de 20€, 40€ e 70€ em função de 1 descendente, 2 descendentes e 3 ou mais descendentes. -----

A redução da Derrama é uma das formas que o município de Cabeceiras de Basto tem ao seu dispor para dar um sinal de estímulo ao tecido empresarial do concelho. Não compreendemos a manutenção das taxas de 2015, pois prescindindo de uma receita muito pequena poderíamos dar um sinal claro aos nossos empresários de tudo querer fazer para que estes mantenham as suas empresas em laboração com os pontos de trabalho existentes e potenciando a criação de novos. -----

Relativamente à taxa de IRS, após tantos anos na taxa máxima, só no ano passado é que esta teve a sua primeira redução de 5% para 4,5%, sendo agora proposta uma nova redução para a taxa de 4%.

Consideramos positiva esta evolução, mas defendemos que se pode ir ainda mais além nesta matéria. – Salientamos que esta deliberação do executivo municipal de redução de impostos que nos é aqui remetida foi o resultado de um debate salutar iniciado na sequência de duas propostas de redução de taxas apresentadas pelos vereadores do Movimento IPC em Julho e Agosto, e que, não obstante as divergências entre as forças políticas representadas no executivo, veio a dar frutos. -----

Estamos conscientes de que estas reduções de impostos implicam menor receita fiscal do município, mas, em consonância com a política de equilíbrio financeiro assumida pelo executivo municipal nestes últimos três anos, com redução da elevada dívida do município, entendemos que esta redução de receita é viável e representa um investimento direto nas famílias e nas empresas do nosso concelho. ----

ATA NÚMERO QUATRO
ANO 2016
09-09-2016
PÁGINA 31 DE 35



MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

Assim, visto que o documento aqui posto à votação vai globalmente de encontro àquilo que defendem desde o início do mandato, os membros da Assembleia Municipal eleitos pelo movimento IPC, votam favoravelmente a proposta de fixação das taxas de IMI, taxa variável de IRS, derrama e TMDP». -----

Declaração de Voto do Grupo Municipal do Partido Socialista: «O Grupo Municipal do Partido Socialista congratula-se e felicita a Câmara Municipal por ter tornado possível, após mais de 20 anos na liderança política do concelho, depois de um conjunto vastíssimo de iniciativas e obras que transformam e transfiguram um concelho irreconhecível pelo declínio a que estava votado, a fixação de taxas, designadamente o IMI e o IRS, que embora conduzam a uma redução significativa de receitas, no valor previsto de 130.000€, diminuem a tributação fiscal sobre os munícipes. -----

Aliás, esta decisão está de acordo com os princípios de fiscalidade defendidos nesta Assembleia pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, em nome do rigor orçamental e do desenvolvimento socioeconómico das populações. -----

Em conformidade com o enunciado, o Grupo Municipal do Partido Socialista, votou favoravelmente a proposta de fixação de taxas para o ano de 2017». -----

Declaração de Voto do Grupo Municipal do PPD/PSD-CDS/PP: «O PSD, ao longo dos tempos, tem vindo a defender que o financiamento municipal não se pode sustentar nas receitas fiscais e por conseguinte não pode ser um encargo para os cabeceirenses. -----

O PSD tem igualmente vindo a defender que se houver uma gestão mais sustentável do município, torna possível um alívio fiscal para os seus munícipes. Ou seja, uma gestão eficiente dos recursos viabiliza uma poupança no bolso dos cabeceirenses. -----

O PSD vê com bons olhos a proposta aqui apresentada para a fixação das taxas relativamente ao IMI e ao IRS, apesar de a mesma ocorrer em período pré-eleitoral. Pois, relativamente a este aspeto pouco ou nada se alterou se compararmos com os anos transatos. Contudo, é sempre positivo atenuar os encargos fiscais das famílias cabeceirenses. -----

Alertamos, no entanto, que é imprescindível haver uma definição de prioridades de desenvolvimento, para que o nosso concelho se torne mais sustentável. É preciso fixar mais pessoas, nomeadamente jovens casais, e mais empresas. É preciso contribuir de forma mais eficaz na recuperação do tecido empresarial, captando e incentivando mais empresas para o nosso concelho. Só assim conseguiremos criar condições para gerar mais emprego, logo mais pessoas para Cabeceiras. -----

ATA NÚMERO QUATRO
ANO 2016
09-09-2016
PÁGINA 32 DE 35



MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

A descida da Derrama poderá ser um dos aspetos a melhorar, assim como a desburocratização dos serviços e o apoio a prestar aos futuros empresários. Nada como ouvir as nossas empresas e perceber as suas dificuldades. -----

No entanto, o sinal está dado. Ainda que de forma tímida houve uma alteração da política fiscal e por isso o PSD vota a favor da fixação de taxas aqui apresentada. Mas, estamos atentos e queremos mais, por Cabeceiras e pelos Cabeceirenses. -----

PONTO NÚMERO DEZ - MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL – REVISÃO N.º 2 -----

Presente para apreciação e votação a Modificação Orçamental – Revisão N.º 2, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a introdução ao assunto em apreço. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** para dizer que esta modificação é necessária, porque a Câmara Municipal viu aprovadas duas candidaturas a fundos comunitários no âmbito do programa 2020, sendo uma com incidência no Mosteiro e a outra na colocação de ecopontos subterrâneos nas três vilas do concelho, respetivamente Arco de Baulhe, Cavez e Cabeceiras de Basto. Neste âmbito há necessidade de inscrever no orçamento para 2016, verbas para levar a efeito estas obras. Além de ser o objetivo principal desta modificação orçamental n.º 2, há outras rubricas que também é necessário reforçar, ainda que as obras não sejam tão significativas mas que requerem cabimentação orçamental. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia pronunciar-se sobre o presente assunto. -----

Inscreeveu-se para falar: -----

O membro do Grupo Municipal “Independentes por Cabeceiras” – IPC, **Vítor Manuel Pereira Carvalho**, para questionar o Presidente de Câmara sobre o compromisso antes assumido de tentar otimizar os recursos técnicos municipais, para não aumentar os custos com a rubrica de outros pareceres, projetos e consultadoria. Disse que em junho passado esta rubrica foi reforçada com mais 100 mil euros e agora prevê-se o reforço desta mesma em 140 mil euros, perfazendo assim, um total de quase 250 mil euros. Face aos montantes transferidos pergunta então se o compromisso antes assumido que se prende com a contratação de estudos, projetos e consultoria é para cumprir ou está colocado de parte. -----

O membro do Grupo Municipal “Independentes por Cabeceiras” – **Manuel Baltazar Barreto de Vasconcelos**, para sobre a colocação de ecopontos subterrâneos nas três vilas concelhias, e uma vez

ATA NÚMERO QUATRO
ANO 2016
09-09-2016
PÁGINA 33 DE 35



MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

que se trata de uma obra comparticipada a 85% por fundos comunitários, questionar o Presidente da Câmara sobre a possibilidade de colocar, aquando da execução dos trabalhos e ainda que a expensas da Câmara, coletores também subterrâneos para recolha dos lixos orgânicos, o que facilitaria a colheita dos mesmos. -----

O **Presidente da Câmara** para responder ao membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras" – IPC, Vítor Manuel Pereira Carvalho, disse que é necessária a existência de estudos técnicos para viabilizar alguns projetos, relacionados nomeadamente com o estudo de tráfego do Nó Viário do Arco de Baulhe tendo em vista a requalificação da Av. Capitão Elísio de Azevedo. É uma imposição das Estradas de Portugal. Esta verba destina-se também a fazer o cadastro de consumidores/clientes de água, à requalificação do Campo do Seco, entre outros, reafirmando que se não houver estudos não há obras e considerando necessário o reforço de verbas para a prossecução destes fins.-----

Para responder ao membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras" – Manuel Baltazar Barreto de Vasconcelos, disse que infelizmente a candidatura aprovada apenas abrange a colocação dos ecopontos subterrâneos. -----

O **membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras" – IPC, Vítor Manuel Pereira Carvalho**, para dizer que não pôs em causa a finalidade dos projetos, mas sim o aumento de verbas nesta rubrica para este fim já que no Plano consta um reforço de verbas e neste momento, o reforço de verbas para este fim ronda os duzentos e cinquenta mil euros a mais. Reitera a sua questão que consiste em saber se a Câmara vai tentar cumprir o orçamento ou não com estes serviços quando houve o compromisso de que não iria gastar muito com os mesmos. -----

O **Presidente da Câmara** para responder ao membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras" – IPC, Vítor Manuel Pereira Carvalho, disse que enquanto puderem ser feitas alterações orçamentais para viabilizar projetos é positivo, pois é sinal de que há obras para fazer e que estamos a melhorar a nossa terra. -----

Após terem sido dadas as explicações solicitadas e não havendo mais questões sobre o assunto em apreço, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a **Modificação Orçamental – Revisão N.º 2** que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO NÚMERO ONZE – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO 2015 – ERRO NA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZA - RETIFICADA -----

ATA NÚMERO QUATRO
ANO 2016
09-09-2016
PÁGINA 34 DE 35



(Handwritten mark)

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

Presente para conhecimento a Consolidação de Contas do Município 2015 – erro na demonstração consolidada dos resultados por natureza – retificada, o **Presidente da Assembleia Municipal** por ter exercido funções na empresa referida no período em apreço, passou de imediato a condução dos trabalhos ao primeiro **secretário da mesa Mário Machado Pinto Oliveira**. Uma vez investido nas funções de Presidente da Mesa em substituição, perguntou se alguém pretendia usar da palavra sobre este assunto. -----

Inscreveu-se para falar: -----

O membro do Grupo Municipal “Independentes por Cabeceiras” – IPC, **Vitor Manuel Pereira Carvalho**, para dizer que o erro foi detetado e corrigido e para questionar a Câmara se o sucedido foi comunicado ao Revisores de Contas e se os mesmos se pronunciaram sobre o assunto. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** para responder ao membro do Grupo Municipal “Independentes por Cabeceiras” – IPC, Vitor Manuel Pereira Carvalho, disse que este erro ou melhor este lapso foi detetado, foi retificado e desta situação foi de imediato dado conhecimento aos vereadores e membros desta Assembleia Municipal. -----

O membro do Grupo Municipal “Independentes por Cabeceiras” – IPC, **Vitor Manuel Pereira Carvalho**, para reiterar a questão colocada relativamente ao facto de o ROC – Revisor Oficial de Contas se ter pronunciado sobre o mesmo. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** para dizer que o documento foi enviado para os Revisores Oficiais de Contas, que sobre ele se pronunciaram, ficando o assunto esclarecido. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal em substituição** perguntou se alguém mais pretendia usar da palavra sobre o assunto em epígrafe. Como tal não aconteceu, o **plenário tomou conhecimento da Consolidação de Contas do Município 2015 – erro na demonstração consolidada dos resultados por natureza – retificada**. -----

APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se o **Presidente da Câmara** pretendia usar da palavra. O **Presidente da Câmara** disponibilizou-se de imediato, para prestar os esclarecimentos que o plenário considerar necessários. -----

Como ninguém se pronunciou sobre a informação escrita, o **Presidente da Assembleia Municipal** questionou se alguém do público pretendia usar da palavra. Como ninguém manifestou essa vontade e

ATA NÚMERO QUATRO
ANO 2016
09-09-2016
PÁGINA 35 DE 35



MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

nada mais havendo a tratar, quando era uma hora e cinquenta minutos do dia dez de setembro de dois mil e dezasseis, pelo Presidente da Assembleia Municipal foi encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata. -----

O Primeiro Secretário:

O Presidente da Mesa:

Two handwritten signatures in black ink. The first signature is on the left, and the second signature is on the right, positioned below the first one.